

CONTROLE DAS MIGRAÇÕES E ESPAÇO SOCIAL

Eduardo Machado**

Este artigo visa discutir a noção de controle das migrações e sua aplicação ao estudo dos processos de mobilidade sócio-espacial, propondo uma perspectiva que distingue as estratégias migratórias que os grupos sociais definem para si, das políticas que as frações dominantes e Instituições de dominação simbólica definem para os grupos dominados. O controle das migrações, que numa vertente de análise aparece como um aspecto definidor da natureza e do ritmo de transformação da sociedade agrária, é recuperado como um aspecto definidor da estrutura global da sociedade.

1. USOS DO CONTROLE DAS MIGRAÇÕES

Ao analisar as migrações rurais sob o aspecto dos mecanismos de controle empregados pelos indivíduos e grupos envolvidos nas mesmas para manter, atualizar e fortalecer os seus vínculos e valores comuns, Sayad (1977) reabre uma vertente de discussão que muitas vezes é esquecida no debate sobre os deslocamentos internos efetuados por populações rurais do país.

A noção de controle propõe confrontar as condições sociais de chegada com as condições sociais de origem dos migrantes no campo, como um meio de recuperar a historicidade dos processos migratórios e dos sujeitos ativos que estão envolvidos nos deslocamentos. Estes sujeitos possuem objetivos e expectativas esperadas quanto ao que esperam dos deslocamentos, as quais estão inseparavelmente ligadas ao plano da sobrevivência e tomam esta última como um modelo

**A pesquisa que subsidiou este trabalho foi apoiada financeiramente pelo Programa de Bolsas Ford-ABEP.
Professor Assistente do Departamento de Sociologia e Pesquisador do Centro de Recursos Humanos da UFBA; Doutorando em Ciências Sociais da UNICAMP.**

Cademo CRH, n. 16, p. 65-86, jan/jun, 1992.

definidor de cursos de ação comumente referidos como "mudanças de lugar" ou processos de mobilidade sócio-espacial.

Além de remeter para as condições sociais de sobrevivência, o controle das migrações expressa certos padrões de relacionamento dos grupos com os seus próprios deslocamentos e, em particular, com aqueles indivíduos que já saíram ou estão saindo de um espaço de localização social (roça, fazenda, povoado, cidade grande) para outro (Vincent, 1987). Assim, vistos como processos históricos, os deslocamentos sócio-espaciais e as relações sociais entre os participantes dos mesmos atravessam fases bastante diferenciadas com respeito à pressão moral do campo sobre os indivíduos que saem (ou estão vivendo fora) e ao grau de identificação dos migrantes com seus grupos de origem. O controle se manifesta numa concepção compartilhada por todos de que a emigração deve satisfazer às expectativas materiais e simbólicas de ambos os grupos e da população que permaneceu no campo (Sayad, 1977). Enquanto o controle está fortemente presente na primeira fase dos deslocamentos, nas fases seguintes ele vai se enfraquecendo até entrar em crise e desaparecer¹.

Colocada nesses termos, a noção de controle tem um caráter estratégico, porquanto aponta para um modelo de relacionamentos sociais altamente provável - o modelo da urbanização como ruptura de vínculos rurais (Mayer, 1960) - o que não impede a tentativa de construir uma problematização em torno dos seus usos para entender um particular contexto histórico-social e institucional; o contexto da Bacia do Paraguaçu na Bahia, em que atuam indivíduos e grupos de agricultores que migram com vários objetivos e, em especial, com o objetivo de "arranjar recurso" ou buscar recursos que não estão disponíveis para eles no campo.

¹ Na fase inicial dos deslocamentos os migrantes continuam ligados aos grupos de origem, mantendo envolvimento com seus parentes e retornando ao campo para assumir papéis ou obrigações sociais para com estes últimos. Já nas fases seguintes da emigração, tais vínculos sociais perdem a sua importância quando comparados com os vínculos especificamente urbanos dos migrantes (Mayer, 1960). A adaptação e o adensamento crescentes das redes sociais dos indivíduos na cidade, fazem com que estes rompam ou diminuam a intensidade dos laços com os conterrâneos que permaneceram no campo e ao mesmo tempo assumam ou fortaleçam seus vínculos nos lugares de chegada. Entretanto, não é somente o modo de vida urbano que contribui para distanciar ou enfraquecer os laços sociais dos migrantes com seus parentes e conhecidos da área rural. Além da integração dos indivíduos em redes sociais formadas por pessoas que tem a mesma origem e compartilham idêntico destino nas cidades, as mudanças sociais no campo - parcialmente provocadas pelos fluxos migratórios - afetam a morfologia e a composição dos grupos de agricultores e por tanto, a capacidade destes controlarem os fluxos dos seus membros.

Neste sentido, a busca de recursos como terras de **trabalho**, dinheiro e outros bens é uma expectativa generalizada **entre as diversas** categorias de agricultores (a exemplo de parceiros e pequenos proprietários); expectativa generalizada que está fundamentada nas condições e estratégias de sobrevivência e fornece um princípio sócio-cultural de regulação das saídas ou das "mudanças **de lugar**" **por parte** dos indivíduos.

Assim, nas quatro primeiras décadas do século, décadas em **que** os movimentos estavam limitados ao campo, essa expectativa está presente no comportamento terra que percorriam a Bacia visando conseguir contratos temporários de exploração de parcelas pertencentes aos "outros" (os fazendeiros) mediante o pagamento de uma renda em produtos, trabalho ou dinheiro. Quando o agricultor estava renovando ou estabelecendo um desses contratos personalizados, os termos empregados para isso refletem o fraco poder de barganha do primeiro que "pede" roça ao "outro" que "dá" ou "deixa de dar roça". De resto, a forma desses contratos produzia interpretações discordantes quanto aos direitos e obrigações das partes em questão, à medida que eram orais ou verbais e não se amparavam em registros escritos nem em instâncias jurídico-legais que legitimassem ou reconhecessem a validade dos mesmos.

Em meio às ambigüidades do paternalismo e à incerteza da agricultura, os agricultores recorriam aos deslocamentos como um meio de renovar as suas roças de alimentos, proporcionar alguma estabilidade territorial ao núcleo familiar (conjugai ou extenso) e arranjar recursos que possibilitassem adquirir uma condição diferente do agricultor sem terra. Nesta perspectiva, os deslocamentos devem ser considerados respostas socialmente ativas dos indivíduos ao sistema regional de criação de gado e policultura, constituindo chances socialmente prováveis de poder sobreviver e arranjar recurso e sendo valorizados culturalmente como afirmação de pioneirismo e de tudo o que este representa em termos de empenho pessoal, desprendimento das restrições sociais e valentia honorífica dos homens.

No entanto, tais representações positivas coexistiam com representações negativas dos deslocamentos campo-campo na Bacia, fazendo com que a mobilidade nem sempre fosse apreendida como afirmação de uma condição independente e livre (Garcia Jr., 1989). Mudar de lugar para arranjar recurso e vice-versa era representado como algo que fazia parte do "reino de necessidade" do agricultores, cuja mobilidade era mais imposta pelos "outros" do que escolhida por eles. A mobilidade revelava a condição de dependência ou falta de liberdade dos agricultores, constituindo uma propriedade distintiva das categorias "sofridas" ou "sacrificadas" que não tinham poder para determinar as suas condições de permanência ou saída de um dado lugar. A mobilidade espacial in-

tensa se situava portanto, num plano distinto do plano da liberdade porquanto esta era atribuída apenas àqueles que tinham patrimônio, estavam sedentarizados num dado território e eram valorizados socialmente por isto. Em vez de remeter diretamente para a condição de agricultor livre, a mobilidade era o recurso dos agricultores "fracos" ou sem nada, que não tinham muito horizonte de permanência nas roças encravadas nas fazendas, acarretando um sentimento de inferioridade ou desvalorização social naqueles que eram obrigados a se deslocar atrás de novas roças.

Esta fase costumeira dos deslocamentos durou até os anos 40, sendo seguida nos anos 50 por uma nova fase da migração rural que se caracteriza pelas saídas dos agricultores da Bacia do Paraguaçu para os mercados de trabalho emergentes nas regiões Sul e Sudeste. Com isto, rompeu-se a crença de que os indivíduos tinham que "arranjar recursos" nas frentes de expansão agrária que se abriam e fechavam periodicamente, seja se acomodando aos limites do sistema de criação de gado e roças de alimentos, seja demonstrando criatividade e esperteza para aproveitar as oportunidades abertas nas frentes de expansão agrícola da Bacia para "melhorar" de condição social.

Sem ser o caso de detalhar as condições de emergência da nova fase da migração rural (Machado, 1990), vale acentuar a importância e o significado do princípio de "arranjar recurso" no novo contexto da migração para outras regiões e Estados da federação. Conquanto as correntes migratórias para as regiões Sul e Sudeste reflitam a presença e o agravamento das condições sociais de sobrevivência - configuradas na falta de terra, na instabilidade territorial e social da família e nas frustrações de safra - novos elementos vieram modificar esta situação. Dentre estes elementos, deve-se salientar: (1) a redefinição das relações de trabalho e, em especial, a retração geral dos contratos de parceria; (2) o movimento de concentração fundiária; (3) o crescimento e a difusão dos princípios da economia monetária e capitalista através da generalização da forma dinheiro nas transações cotidianas e da forma salário nas relações de trabalho.

Em outros termos, a integração crescente das explorações familiares nos mercados econômicos e simbólicos ocorreu num contexto em que as primeiras estavam muito fragilizadas - por conta da diminuição da área controlada pelos pequenos estabelecimentos, dos impasses tecnológicos e da dependência comercial e financeira (CAR/SEPLANTEC, 1985) - para extrair outras vantagens desta integração além de uma maior participação no mercado de trabalho como compradoras e vendedoras de força de trabalho.

Nesta situação, a expectativa e o princípio de "arranjar recursos" pressupõe a realização de tipos de deslocamentos circulares ou pendulares (entre o Paraguaçu e os mercados de trabalho rurais e urbanos

de outras regiões), voltados principalmente para a obtenção de trabalho, dinheiro e bens de consumo. Tais deslocamentos estão integrados nas estratégias de sobrevivência de várias maneiras: (1) representam uma forma de articulação do trabalho da roça familiar ou trabalho efetuado para auto-reprodução com o trabalho realizado "fora" da roça da família, trabalho este que proporciona rendimentos complementares aos rendimentos obtidos do primeiro trabalho; (2) constituem tentativas de "arranjar recursos" para financiar a produção familiar e eventuais processos de reconversão ou mudança de posição social, mediante aplicações na compra de terras, casas, animais, carros e outros bens (CAR/SEPLANTEC, 1985).

Além desses aspectos e até onde foi observado, os deslocamentos jogam um papel no ciclo de vida das famílias e na definição de destinos sociais prováveis: servem para aliviar a família da necessidade de sustentar uma parte dos seus membros -notadamente rapazes e moças que não encontram trabalho para fazer e consomem recursos alimentares escassos - assim como constituem uma maneira de encaminhar ou resolver o problema da sucessão familiar, contribuindo para promover uma redução no número de herdeiros de parcelas demasiado pequenas para serem ainda mais subdivididas entre os filhos e parentes.

A ação de migrar, como uma escolha feita pelos indivíduos num mapa de alternativas (Souza, 1985), teria significado preciso e implicações distintas sobre o par trabalho familiar/trabalho extrafamiliar (compra e venda), fazendo com que a forma de um componente afete as características assumidas pelo outro. Nesta situação, onde os grupos procuram articular a permanência na terra com um padrão de reprodução que não se fecha na exploração familiar, mas é cada vez mais dependente de recursos externos, os mecanismos de regulação das saídas seriam parte de uma economia de sobrevivência no mercado e fora do mercado (Combessie, 1982).

Neste sentido, se muitos se referem constantemente aos deslocamentos como uma realidade que afeta a todos e é objeto de renovados projetos individuais e familiares, isso não implica a completa naturalização ou dissolução do critérios de avaliação e comunicação usados pelos grupos para pensar e regular os seus movimentos, considerando os aspectos positivos e negativos, favoráveis e desfavoráveis assumidos para os indivíduos pelos deslocamentos em cada momento. Quanto às formas concretas de regulação dos deslocamentos, deve-se assinalar que elas se apresentam em vários momentos: nos processos de negociação e planejamento das saídas dos membros da família; nas formas de manutenção e renovação dos vínculos com os parentes e conhecidos que estão fora através dos meios de transporte e comunicação e das redes sociais de migrantes; na socialização de informações sobre as experiências individuais e sociais dos deslocamentos; no exercício

de pressões para que os indivíduos retornem periódica ou definitivamente ao campo; e nas avaliações sobre a importância e o significado dos deslocamentos para os indivíduos e grupos em diferentes contextos e situações.

Como se não bastassem as avaliações que os grupos projetam para si mesmos, há avaliações de caráter macro-social direcionadas para as conjunturas históricas e sociais dos mercados de trabalho nos lugares de chegada. Com base nestes e nos outros elementos, os grupos elaboram os seus próprios critérios de periodização da história da migração rural, levando em conta as relações das pessoas que saíram da região com as formas sucessivas de estruturação do mundo do trabalho nas regiões industrializadas do país. Assim que, segundo estes critérios, os fluxos de deslocamentos para o Sudeste podem ser subdivididos em duas fases: uma fase inicial em que a conjuntura do mercado de trabalho favorecia as estratégias de acumulação de recurso para financiar processos de retorno e mobilidade social ascendente; e a fase atual em que a conjuntura do mercado de trabalho só permite pagar os custos do consumo social necessário nos lugares de chegada, sem deixar nenhuma margem para "voltar bem do bolso" e poder "comprar coisas"².

O uso de mecanismos de regulação e controle por parte dos indivíduos e grupos não seria exclusivo, portanto, das primeiras fases da migração rural, mas marcaria todo o processo migratório, inclusive a fase atual em que os deslocamentos campo-cidade tornaram-se a condição comum da maioria das pessoas. Evidentemente, tentar ordenar os fluxos campo-campo ou os fluxos iniciais de agricultores para o Sudeste nos anos 50, é diferente de procurar ordenar as correntes migratórias maiores e mais diferenciadas que se formaram nos anos 60 e 70. Contudo, a diferença entre os vários momentos do processo consistiria menos na presença ou ausência de princípios e mecanismos de controle dos fluxos, do que nas formas assumidas por estes mecanismos em cada momento.

2 Cf. entrevista realizadas com um ex-parceiro "A maioria do povo que foi prá São Paulo, pro Paraná naquela época (década de 50 e início de 60) era porque você ia e você arranjava, né? Porque lá tinha trabalho e tinha valor o trabalho de cada pessoa que trabalhava. Então você saía daqui e quando você voltava trazia dinheiro prá comprar uma terra, comprar uma casa, prá fazer qualquer coisa, você voltava bem do bolso. Mas hoje, o camarada vai prá São Paulo, ele vai trabalhar o dia a dia, né? Já não tem mais aquele trabalho, que tinha aquele valor, né? Quando ele tava fazendo as coisas. Quer dizer, você trabalhava numa fazenda daquela, quando você saía de lá, você tinha saldo. Hoje não, hoje o camarada vai, mas chega lá ele acaba com tudo. Você ganha bastante, mas perde bastante também, gasta o que você ganha lá em São Paulo, você deixa tudo lá".

Outrossim, os mecanismos de regulação e controle **empregados** pelos grupos de agricultores devem ser confrontados com os mecanismos usados por outros agentes sociais como as frações **dominantes** e as instituições - governamentais e não **governamentais** - **para controlar** o espaço físico e social e regular os deslocamentos **realizados pelas** camadas dominadas.

Isto significa dizer que, além dos fluxos migratórios **serem** regulados pelos agentes que migram através dos seus **próprios** mecanismos de controle - ou estratégias que um grupo define **para si mesmo** visando a sua valorização material e simbólica - **é necessário considerar** as formas de apropriação do espaço e regulação dos deslocamentos, empregadas pelas frações dominantes e por instituições político-ideológicas de grande abrangência territorial - as políticas migratórias ou conjuntos de efeitos, antecipados e não antecipados, das ações empreendidas pelas frações dominantes e instituições sociais no sentido de acumular capital, regular o movimento das camadas subalternas ou disputar a hegemonia político-ideológica sobre o processo de mudança do campo.

Cada política migratória remete: (1) para ações e concepções relativas à reprodução ou transformação das estruturas agrárias, que podem significar tanto a luta para manter as pequenas roças de policultura, como ações visando ampliar os territórios da grande propriedade; (2) para os papéis que as categorias sociais jogam nesta dinâmica; (3) para os investimentos específicos na fortalecimento ou enfraquecimento das posições de classe ocupadas.

A partir desse enfoque, na parte subsequente do texto, serão alinhadas e confrontadas as políticas de dominação do espaço e controle das migrações, implementadas pelas frações de classe dominantes e agências governamentais e não-governamentais presentes na Bacia do Paraguaçu.

2. A DOMINAÇÃO SOBRE O ESPAÇO

Para entender as formas como as frações dominantes interferem ou condicionam os deslocamentos dos grupos dominados de agricultores, é necessário entender os padrões de relacionamento das primeiras com alguns dos principais espaços de localização das relações sociais no campo (Champagne, 1975): as fazendas e roças, os povoados e as cidades médias do interior. Admitindo que as relações mantidas com estes espaços não esgotam a atividade social das referidas frações, trata-se de recuperar alguns aspectos desta atividade que contrastam e influenciam a atividade dos grupos dominados.

Nas frações dominantes estão situados os grandes fazendeiros que vivem em cidades maiores, os médios proprietários e comerciantes, funcionários públicos ou de empresas residentes nos municípios. Afora o controle que possuem sobre os recursos produtivos como terra, capital e força de trabalho, parte dos membros dessas frações ocupam posições estratégicas no espaço social como intermediários de recursos institucionais entre as instâncias de poder e podem ser classificados como "brokers" ou patrões (Silverman, 1967). Outrossim, as formas pelas quais estes agentes deslocam-se no espaço social, afetando a organização, composição e trajetórias dos grupos mais pobres da população, são distintas e muitas vezes incompatíveis entre si. Isso quer dizer que estaremos, sob a noção de frações dominantes, considerando ações bastante diferenciadas ou até mesmo divergentes, que apresentam como um dos seus poucos denominadores comuns o grande poder que tem para definir os usos dos espaços rurais e afetar os fluxos dos grupos dominados.

2.1. Os Grandes Proprietários Rurais

Tal como os demais agentes sociais, os grandes proprietários mantêm uma relação territorializada e ao mesmo tempo desterritorializada com o campo. Isto implica dizer, que eles detêm o controle sobre as atividades produtivas realizadas sobre espaços de localização determinados como as fazendas, mas não vivem ou não precisam viver na proximidade destas últimas para poder comandar estas atividades produtivas. Assim, caso fôssemos situar a posição de cada categoria social numa escala de proximidade/afastamento em relação aos espaços rurais, estes proprietários seriam indubitavelmente os mais afastados: eles habitam em cidades médias¹ do e mantêm contatos periódicos com a administração da fazenda, através de viagens em modernos meios de transporte (que podem incluir até pequenos aviões particulares ou fretados), e das telecomunicações.

No entanto, esse seu distanciamento físico do espaço produtivo e do espaços residenciais rurais dos municípios, não torna esta categoria menos importante nos processos de reprodução/transformação do espaço social. De fato, os grandes fazendeiros aumentaram o seu controle jurídico e efetivo sobre as terras da Bacia do Paraguai nos anos 70, acabando os contratos de cessão de roças para parceiros e arrendatários, desmatando grandes extensões para implantar pastagens artificiais e no final das contas, montando um verdadeiro cerco aos pequenos lotes dos agricultores. Dessa maneira, desempenharam um papel decisivo na transformação das condições da propriedade e uso da terra, influenciando a vida de milhares de pessoas que desta última dependiam para sobreviver.

A ausência destes proprietários do espaço habitado coexiste com a sua onipresença social e simbólica, constantemente referida pelos agricultores. Já nos anos 60, com a expansão das pastagens e com a criação dos direitos trabalhistas (Sigaud, 1979), eles atuam extinguindo as roças e contribuindo sobremaneira para o abandono da agricultura. São eles também os principais beneficiários da política de crédito rural desenvolvida nos anos 70, bem como dos gastos estatais com estradas e meios de comunicação, que facilitaram o acesso e o controle jurídico efetivo sobre áreas mais isoladas, que funcionavam na região como um santuário protetor das roças dos agricultores (Henfrey, 1987).

Ademais, dispendo do acesso a recursos capazes de viabilizar a exploração agrícola e pecuária, em terras férteis mas sujeitas a variações climáticas, os grandes proprietários voltaram-se para o plantio de culturas que eram típicas dos agricultores pobres, como o feijão. Para isto passaram a investir na compra e instalação de equipamentos de irrigação e armazenamento de água, na aplicação de insumos etc, que permitem atingir altos níveis de produtividade em culturas tradicionais, deixando os agricultores da região inferiorizados.

Os créditos usufruídos pelos grandes fazendeiros, assim como o seu sucesso na montagem de uma estrutura produtiva melhor adaptada às secas e estiagens, permitem que eles continuem investindo na aquisição de pequenos terrenos de roças, através de estratégias de compra que reafirmam a sua superioridade econômica de classe e a incompetência dos agricultores para sobreviverem da agricultura. Neste sentido, as dificuldades econômicas e tecnológicas das roças para atingir o mesmo patamar produtivo das grandes fazendas, constituiriam uma razão ou uma desculpa adicional para os grupos de agricultores abandonarem a agricultura (Bourdieu & Sayad, 1964:107-108).

Na Bacia do Paraguaçu, os grandes fazendeiros retiram da extinção das roças e da instabilidade da agricultura familiar um conjunto de vantagens, similares a outros casos estudados pela literatura, a saber: formação de uma reserva de mão de obra que os isenta dos custos materiais e políticos requeridos na criação de uma população total mente proletarizada; exploração dissimulada dos trabalhadores rurais empregados, uma vez que estes mantêm o projeto ou a ilusão de serem trabalhadores independentes; pagamento de baixos salários; e descumprimento dos limites de duração da jornada de trabalho (Bourdieu & Sayad, *ibid.*).

Portanto, embora os grandes proprietários não estejam fisicamente presentes nas interações cotidianas, ou estejam representados por uma estrutura de mando que inclui os gerentes e capatazes, eles formam o pano-de-fundo de fundo e são os principais atores do processo de redefinição das relações sociais no campo. Este processo se caracteriza ainda, pela diminuição ou perda de importância do segmento de

agricultores familiares no espaço social e pela organização de modos de gestão da mão-de-obra baseados na contratação de diaristas, sobre os quais os grandes proprietários estão isentos de responsabilidade patronal nos demais períodos do ano, o que transfere aos próprios diaristas a responsabilidade completa pela produção da sua sobrevivência.

2.2. Os Médios Proprietários e Comerciantes

Diferente do poder ausente e ao mesmo tempo onipresente dos fazendeiros sobre as terras da região e sobre o mercado de trabalho rural, a camada dos médios proprietários está presente e participa do cotidiano dos espaços residenciais ou povoados como os distritos e a sede municipal. Conquanto, o número de estabelecimentos e a área controlada pelos médios estabelecimentos em alguns municípios venham diminuindo dos anos 60 até aqui, esta camada conserva um lugar na estrutura social como fazendeiros locais que cumprem várias funções: emprega diaristas, arrenda terras, desenvolve atividades comerciais, conserva uma margem de independência econômica mensurável na posse de bens que dão status, participa das atividades políticas locais. Ademais, vários médios proprietários acumulam a função de empresários agrícolas com a função de empresários comerciais, o que ocasiona um tipo especial de ambigüidade social face as categorias dominantes e dominadas.

O fato dos médios proprietários controlarem uma parte significativa das terras, numa região onde muitos não possuem terras para trabalhar, coloca esta camada social ao lado dos grandes fazendeiros. Isto quer dizer que os médios proprietários acabam desenvolvendo estratégias de valorização econômica similares às dos grandes fazendeiros em termos de: evitar a retenção de trabalhadores residindo nas fazendas e absorver a força de trabalho barata dos diaristas. Neste sentido, os processos de pauperização que favorecem o assaiamento e o rebaixamentos dos padrões de remuneração salarial beneficiam todos aqueles que, como os médios proprietários, necessitam contratar mão-de-obra para implantar e conservar as pastagens, trabalhar nos plantios etc.

No entanto, quando os médios proprietários **também exercem** atividades como comerciantes e "atravessadores", **eles diferenciam-se** do segmento dos grandes fazendeiros em, pelo menos, **dois aspectos** importantes. Primeiro, eles mantêm relações personalizadas **com uma** ampla clientela de pequenos produtores que são **praticamente** obrigados a venderem e comprarem nos estabelecimentos **comerciais** controladas pelos primeiros, segundo preços e condições estabelecidas por estes. Assim, "atravessadores" e pequenos produtores mantêm relações personalizadas de dependência mútua, mas marcadas pela

tensão e pela desconfiança. Segundo, como vendedores de bens que fazem parte da cesta de consumo dos pequenos produtores e dependem do poder aquisitivo destes últimos, os comerciantes tem sido duramente afetados pelos processos de pauperização dos agricultores que resultam da crescente concentração de terras e das dificuldades climáticas produzidas pelo desmatamento nos grandes estabelecimentos (Machado, 1991).

Fazendeiros e comerciantes compartilham uma história passada de mobilidade sócio-espacial que os levou a ocupar as atuais posições de classe que possuem e criou uma identidade fundamentada no passado comum e em certas preocupações quanto à sua reprodução como categoria intermediária entre os grandes fazendeiros e o pequenos agricultores. Aquelas categorias emergiram no espaço social, através de uma diferenciação social segundo critérios de status, relações matrimoniais, alianças políticas, estratégias migratórias e grau de habilidade para desenvolver atividades comerciais.

Além desses aspectos, o tratamento comum dado aos dois grupos - médios proprietários e comerciantes - justifica-se pelo fato de que, embora as suas atividades sejam distintas, elas se apresentam muitas vezes reunidas nas mesmas famílias ou indivíduos; aqueles que são médios proprietários procuram diversificar os seus negócios através de investimentos no comércio de compra e venda, enquanto que os comerciantes bem sucedidos procuram ancorar o seu sucesso comercial investindo na terra como meio de produção ou reserva de valor.

Ter uma casa ou a esposa vivendo nas cidades médias da Bacia do Paraguaçu, ao tempo que se mantém uma residência na sede do município ou na fazenda, parece ser um padrão recorrente entre os médios proprietários e comerciantes da região. A propriedade de uma casa nestas cidades apresenta uma série de vantagens para o fazendeiro/comerciante que não quer, ou não pode, se afastar dos espaços, ao modo dos grandes proprietários; vantagens estas são: diversificação das estratégias patrimoniais e de acumulação; acesso mais fácil aos serviços de educação e saúde; manutenção de contatos com as elites sociais e agências públicas concentradas nas cidades médias da região; meio de se distanciar das pressões e conflitos que resultam da convivência diária com os agricultores e trabalhadores pobres que habitam os povoados.

A propriedade de uma residência numa das cidades médias da região representa tudo isso, indicando uma trajetória ascendente que não deixa de ser bem vista pelos vizinhos que moram nos pequenos aglomerados rurais, uma vez que lhes facilita o acesso a bens e serviços concentrados na capital regional.

O valor cultural dos deslocamentos sócio-espaciais para estes grupos está identificado com trajetórias de ascensão e legitimação das

suas posições de classe, que se projetam na cidade ou na combinação de atividades realizadas nos espaços rurais com atividades urbanas. A concentração do capital econômico e cultural nestas categorias, faz com que elas se projetem para fora do espaço rural, embora nele continuem inseridas, o que lhes fornece a base econômica e simbólica para as suas estratégias de ascensão social. Neste sentido, a inserção social dos fazendeiros e comerciantes nos espaços residenciais marcadamente rurais apresenta-se como um elo de uma cadeia cujas extremidades vêm sendo cada vez mais preenchidas pelas interações com as classes sociais urbanas.

Com respeito aos grandes fazendeiros que concentram a maior parte dos recursos, os médios proprietários e comerciantes estão divididos. Existem aqueles que mantêm relações preferenciais e apoiam politicamente os candidatos dos grandes fazendeiros e aqueles que criticam os efeitos da política de valorização econômica dos grandes proprietários a nível de intensificação do desmatamento, aumento das pastagens plantadas e do esvaziamento econômico e demográfico de áreas que conheceram uma intensa atividade agrícola no passado recente.

Contudo, mesmo que sejam portadores de críticas às atividades dos grandes fazendeiros, os médios proprietários e comerciantes não demonstram maior apoio ou simpatia pelos movimentos populares que lutam pela permanência dos agricultores na terra. Outrossim, os formatos associativos representados pelos grupos de produtores e associações rurais difundidas e apoiadas pelas agências governamentais de desenvolvimento rural (Machado, 1987), também não contam com o apoio desses grupos, os quais vêem neles exemplos de paternalismo, ineficiência e desperdício de recursos.

2.3. Outros Segmentos Médios

Os funcionários públicos, empregados de empresas, profissionais liberais e agentes técnicos da agricultura, seriam exemplos daquilo que alguns autores têm chamado a "nova pequena burguesia rural" (Ivo, 1988); seus componentes, após passaram um período em cidades maiores, voltaram para iniciar ou prosseguir uma carreira.

O poder destes setores está assentado em dois níveis. Por um lado, eles estão ligados por laços familiares e políticos com os médios proprietários e comerciantes e detêm recursos materiais e simbólicos altamente valorizados, como empregos assalariados estáveis ou permanentes. Por outro lado, eles retiram um parte importante do poder que exercem, das relações que mantêm com agentes urbanos externos, junto aos quais obtêm apoio e credenciais que legitimam as suas posições a nível local.

O projeto migratório familiar destes grupos tem um caráter pragmático e individualista: cada família prepara as condições para mandar os filhos para as grandes cidades, onde poderão prosseguir ou terminar os seus estudos. De forma curiosa, o que se vê aqui é um contraste entre o desejo dos pais permanecerem na localidade à frente dos seus negócios e o projeto familiar de aumentar o capital cultural mediante o envio dos filhos para estudar na cidade. A culminância de uma trajetória ascendente só se confirma quando estes pais mostram para si mesmos e para os outros que, diferentemente do "povo da roça" eles podem dar um futuro melhor aos seus filhos, futuro que se identifica com a ida para a capital e a incorporação de modelos de carreiras letradas que se afastam das carreiras práticas exercidas no interior. Evidentemente, nem todos os filhos são preparados para sair ou estudar fora; o grupo familiar considera as preferências dos seus membros e guarda alguns filhos ou filhas consigo. A volta dos filhos formados (ou não) para exercer uma profissão, embora não seja uma situação generalizada, contribui para fortalecer ainda mais as posições e o prestígio do grupo familiar.

O projeto migratório destas camadas médias, à semelhança das demais frações dominantes, procuraria conciliar a modernização das atividades produtivas e serviços, através da incorporação de modelos e valores urbanos, com o monopólio dos benefícios aportados por esta modernização.

A tônica do projeto de mobilidade social está exemplificada na máxima escutada entre pequenos proprietários ligados ao poder local de que "o que é bom vem de fora"; daí porque é fundamental sair para obter recursos materiais e simbólicos, como informações, relações preferenciais com círculos influentes, familiaridade com práticas urbanas, que não estão disponíveis no mesmo grau nas áreas rurais. Pensada nestes termos, a máxima "o que é bom vem de fora" representa também uma justificativa para uma prática clientelista que se projeta, tanto entre setores superiores e inferiores da sociedade, quanto para dentro e para fora do espaço residencial rural, ramificando-se nas esferas dirigentes dos partidos políticos. Conscientes do poder que exercem, e procurando vantagens materiais e simbólicas na convivência com os superiores hierárquicos, estes setores buscam, através do jogo clientelista, monopolizar cargos eletivos e nomeações para funções públicas estaduais e municipais (Zaluar, 1985).

O jogo clientelista tem outras dimensões que afetam o que se denomina política migratória. É o caso, por exemplo, do papel dessas frações dominantes no controle dos migrantes pobres da região que estão vivendo nas cidades; nos períodos eleitorais estes são levados a retornarem ao interior para votarem nos candidatos dos setores hegemônicos. Trata-se de um controle que está presente na vida dos migrantes chegados nas cidades do Estado e que, para tanto, mobiliza

as redes sociais formadas nestes locais de chegada; as relações entre os componentes rurais e os componentes urbanos dessas redes sociais seriam requisito fundamental para tal espécie de controle.

Em síntese, as frações dominantes demonstram uma grande capacidade de controle do espaço e dos deslocamentos que efetuam no interior deste. Associado a isto, estas frações e em especial os grandes proprietários jogam um papel decisivo na definição dos padrões de deslocamentos realizados pelas camadas subalternas, por conta da dependência destas camadas com respeito as estratégias de valorização empregadas pelos primeiros no que diz respeito ao mercado de terras e ao mercado de trabalho rural. Face o poder dos grandes fazendeiros para determinar as formas de acesso aos recursos e as estratégias de deslocamentos dos agricultores, os demais integrantes das frações dominantes desenvolvem uma atuação que, seja reiterando, seja obstaculizando a política dos primeiros, não chega a negar ou modificar substantivamente a política implementada pelos grandes fazendeiros.

3. A CONTENÇÃO DAS MIGRAÇÕES

Controlar as migrações é um objetivo estratégico que aproxima o projeto de desenvolvimento rural da Bacia do Paraguai - PIDERP³ das instituições de dominação simbólica do campo, para as quais as migrações são fatores de desestabilização da ordem social e da hegemonia exercida pelas frações dominantes (Grignon, 1975). A preocupação é dizer o que os pobres devem fazer, contendo os movimentos migratórios campo-cidade e conservando os agricultores nas áreas rurais, através de ações que contribuam para mitigar as péssimas condições de vida e para a permanência do homem no campo.

Enquanto expressões político-institucionais dessa preocupação, o PIDERP e mesmo a política de assentamentos agrários estão direcionados para conter o "exodo" rural de agricultores que vivem em áreas deprimidas economicamente ou de forte concentração fundiária. De forma que este objetivo, converte-se num dos mais importantes critérios para a avaliação dos resultados das ações implementadas, assim como dos efeitos mais gerais do projeto a nível sócio-econômico.

3 O PIDERP foi criado em 1975 com o apoio do Banco Mundial, visando combater a pobreza rural e os fluxos migratórios resultantes ou agravados pela entrada de capitais e pelo fechamento de terras que eram utilizadas por agricultores parceiros e arrendatários. Para melhorar os níveis de produtividade e as condições de vida dos pequenos agricultores, o projeto elaborou uma estratégia que recomendava a dotação de crédito, a modernização tecnológica e a maior integração ao mercado.

No caso do PIDERP embora a implementação de medidas visando injetar recursos monetários e revitalizar a pequena produção, tenha se chocado com as linhas de atuação contrárias de outras agências que privilegiavam a oferta de créditos para os grandes estabelecimentos concentradores de terras - acelerando condições de exclusão econômica e reduzindo dramaticamente o número de produtores atingíveis pelo programa (Wilkinson, 1985) -, o discurso sobre o fortalecimento da pequena produção e a contenção das migrações para fora do Estado permaneceu como um avalizador das práticas dos agentes técnicos que atuaram nos projetos. Neste sentido, havia uma forte crença entre estes de que o projeto podia evitar ou conter a saída do homem do campo, mesmo que esta crença fosse invalidada pela expansão das pastagens plantadas e pelo abandono da agricultura por parte de setores beneficiados diretamente pelo projeto.

Entretanto, uma série de ações como o crédito rural subsidiado para os agricultores na segunda metade dos anos 70, a assistência técnica e as dotações de infra-estrutura como poços e tanques de água, criaram condições para a intensificação das atividades produtivas nos pequenos estabelecimentos, diminuindo o desemprego rural e aumentando a absorção de trabalhadores assalariados dentro da região (Wilkinson, *ibid.*). A diminuição relativa dos fluxos para os mercados distantes do Sudeste, coincidiu portanto com o aumento da mobilidade dos agricultores e trabalhadores rurais entre as roças, num movimento que reproduz a mobilidade da força de trabalho que caracteriza essas explorações familiares.

As ações governamentais além de criarem condições para a expansão do trabalho temporário entre as roças, ajudaram a assegurar um horizonte menos imediato para a sobrevivência nos períodos mais difíceis do calendário agrícola. Os créditos subsidiados ou a fundo perdido injetaram recursos e fomentaram novos modelos de cálculo monetário, possibilitando generalizar as formas de remuneração em dinheiro do trabalho efetuado, aumentar o peso do mercado no consumo das famílias e sobretudo desenvolver novas combinações entre estratégias para obter uma maior liquidez ou ampliar os recursos disponíveis.

Com isso, as estratégias migratórias passaram a considerar alternativas como a sedentarização em determinados momentos do ciclo de vida familiar e do ciclo agrícola, que sempre foi problemática para estes agricultores da Bacia do Paraguaçu. Se nas fases mais antigas da emigração rural, a totalidade dos membros ou os chefes de família partiam para os mercados de trabalho, sucedeu-se uma fase -a partir dos anos 70- na qual migram predominantemente rapazes e moças que vão procurar a "precisão" nos mercados de trabalho urbanos, deixando os pais e outros parentes à frente das explorações agrícolas.

Em suma, o PIDERP teve algum sucesso enquanto fluíam recursos creditícios para custeio da produção agrícola e investimentos em infra-estrutura física. Quando estes recursos começaram a ser cortados, sofrendo uma queda brutal a partir dos anos 80, diminuiu o volume das atividades agrícolas e a demanda de diaristas para o trabalho nas roças. O apoio recebido pela pequena agricultura da Bacia do Paraguaçu, dinamizou o mercado de trabalho rural por alguns anos, mas este dinamismo não se sustentou quando foi retirado o crédito governamental.

Os agricultores comprimidos pela monetarização dos seus gastos e pela incapacidade de pagar o seus custos, agora que o crédito facilitado havia desaparecido, responderam à nova situação de duas maneiras: aumentando a pressão política pela obtenção de áreas de terra e o aumentando os fluxos de saídas para a região Sudeste e em particular São Paulo. Na primeira situação, grupos de agricultores utilizaram direitos de ocupação adquiridos no passado, para pressionarem os donos das terras e os poderes públicos e adquirirem o controle legal efetivo sobre parcelas de terras. Na segunda situação, ganhou mais força a emigração para São Paulo como estratégia para "arranjar recursos" que faltam na zona rural e complementar os rendimentos retirados da produção doméstica. Aparentemente excludentes, estes dois movimentos de permanência e de abandono da agricultura nem sempre apresentam-se assim, à medida que nem a permanência na terra significa a sedentarização completa dos trabalhadores (por não ser suficiente para proporcionar os recursos necessários para viver), nem a emigração vai acompanhada necessariamente pela ruptura completa ou definitiva com o trabalho agrícola.

Em outras palavras, a política estatal de desenvolvimento da agricultura e contenção das migrações para os centros urbanos, revelou uma certa eficácia apenas durante o período em que havia recursos para prover os pequenos estabelecimentos. Tal eficácia pode ser medida no aumento do assalariamento nos mercados rurais de trabalho e no redirecionamento dos fluxos migratórios para o interior da região ou do Estado. Passado este período, as roças continuaram tão carentes de recursos como antes, fazendo com que as saídas para os mercados urbanos de trabalho (do Estado ou de outras unidades da federação) ganhassem uma nova intensidade.

4. A POLÍTICA DE RESISTÊNCIA

Dentre as políticas até aqui analisadas, a política católica na versão da Comissão Pastoral da Terra - CPT⁴, é a que possui maiores antecedentes histórico-sociais e simbólicos. A contenção das migrações para as cidades, é parte integrante da visão que a Igreja tem do campo e da sociedade agrária, enquanto um "rempart" ou uma defesa contra as forças do mundo moderno que trabalham em prol da racionalização e do desencantamento das relações sociais. Para a Igreja, uma parte importante do rebanho de Deus está no campo, onde as pessoas são mais simples, solidárias e receptivas aos ensinamentos dos padres. Disso resulta que, ao descrever o agricultor como portador de atributos desta natureza, a Igreja está produzindo uma imagem que pode ser aceita por aquele, e que, por isto mesmo legitima a instituição religiosa.

A expulsão do homem do campo representa uma ameaça para a instituição católica, que prefere conservar o seu público neste lugar ideal das virtudes cristãs da fé, da parcimônia e da obediência que é o campo, do que vê-lo entrar na voragem da cidade. Pouca ou nenhuma referência é feita ao fato desse público estar acostumado a fazer deslocamentos entre as zonas rurais e as zonas urbanas do país, integrando-se com redes sociais existentes nas cidades e absorvendo modelos de valores derivados do ambiente social destas últimas.

Dadas estas preocupações, entende-se como num contexto de redefinição do papel sócio-político e simbólico da Igreja, esta matriz pode ser reelaborada e fundida com outras matrizes que falam dos direitos dos trabalhadores rurais ao trabalho e à terra, servindo para fortalecer e legitimar uma ação efetiva junto a estes setores, para lutar contra as frações dominantes que intensificam a destruição dos contratos provisórios de uso da terra e promovem a concentração fundiária. Neste sentido, o projeto de contenção das migrações da Igreja, serviu mais do que qualquer doutrina laicizante, para confirmar ou legitimar a vontade de resistir para poder permanecer ou entrar na terra.

4 Criada com a participação de agentes eclesiais e leigos de outros países e vinculada à diocese de Rui Barbosa, a CPT inaugurou um estilo de trabalho que rompeu com a atuação anterior da Igreja Católica - concentrada nas sedes municipais e voltada para as frações dominantes -, ao veicular uma leitura do trabalho religioso inspirada na teologia da libertação - que propõe uma redefinição radical do papel social e simbólico da Igreja na sociedade. A implantação da CPT foi fruto de uma estratégia política definida para aquelas áreas rurais onde, à exemplo da Bacia do Paraguaçu, os conflitos de terra estavam bastante acesos - sobretudo por causa da expansão do crédito para a pecuária - e o avanço da grilagem ameaçava levar de roldão os bolsões de agricultores que tinham algum tipo de acesso à terra. Constituem o público da Comissão aqueles agricultores pressionados pelos fazendeiros, ameaçados de expulsão ou já expulsos das terras que ocupavam e que vivem miseravelmente nos povoados e cidades da região.

Resistir para permanecer na terra e não precisar sair para trabalhar fora, constituem elementos chaves no trabalho político-religioso dos agentes vinculados à Comissão da Terra, junto aos agricultores e trabalhadores organizados sob diferentes formatos associativos. A Comissão estimulou a formação de grupos de discussão ou "comunidades" em inúmeros locais da Bacia, que produzem uma nova identidade político-religiosa entre os agricultores mais sensíveis à mensagem pastoral e política e incorporam distintos grupos e sub-grupos entre as camadas dominadas: grupos de trabalhadores, sindicatos, mulheres, jovens, assentados etc. Com este trabalho político, a Comissão aumentou a sua capilaridade e fortaleceu a sua presença à frente de um amplo e diversificado movimento social -que forma a base política do Partido dos Trabalhadores e que tem como um dos seus principais lemas "dar vez e voz aos dominados".

Disso resultaram efeitos contraditórios. Por um lado, houve um aprofundamento político da importância e significação da terra para os agricultores; ele tomou como base a matriz bíblica e as experiências de perda da terra e foi acompanhado por maiores níveis de organização e articulação política. A presença do suporte de uma instituição como a Igreja facilitou a divulgação dos conflitos junto à opinião pública regional e estadual (Novaes, s/d), bem como a multiplicação de iniciativas e pressões junto às instâncias de poder encarregadas de gerirem os problemas fundiários do Estado. Apoiando-se na força da Igreja, os grupos de agricultores puderam, pela primeira vez na história da região, sustentar uma resistência mais conseqüente contra os fazendeiros e desenvolver uma solidariedade que extrapolou os grupos locais e de parentesco envolvidos diretamente nos conflitos de terra, e incorporou contingentes sociais que viviam nos povoados e cidades da Bacia.

Todavia, o projeto da Igreja e de seus aliados no campo popular não teve condições de reverter as tendências que levam ao abandono da agricultura, especialmente por parte dos jovens, entre os quais se incluem militantes e ativistas formados pela própria Comissão dentro do espírito de resistência e permanência na terra. Este foi o caso de jovens que, tendo participado de treinamentos específicos para filhos de agricultores e atuado na organização do movimento popular, acabaram saindo para São Paulo por falta de condições de sobrevivência na área.

Contudo, mesmo considerando esses resultados pouco animadores, a atuação da Comissão contribuiu para desacelerar o ritmo das expropriações que ameaçavam acabar de uma vez por todas com as roças dos pequenos proprietários, parceiros e moradores, aprofundando o significado político da luta pela terra e pressionando as agências governamentais a tomarem medidas em benefício dos agricultores ameaçados como a distribuição de créditos e de terras.

De modo geral, percebe-se que mesmo a CPT e as organizações sindicais dos agricultores estão presas à modelos territorializados de organização política, que pressupõem a existência de trabalhadores sedentarizados numa dada área, realizando deslocamentos mais ou menos previsíveis e com uma identidade social mais linear e menos multifacetada do que os agricultores atuais. Evidente que esse modelo de organização política não se revela compatível com a heterogeneidade social e os altos níveis de desterritorialização e mobilidade desses setores, cuja agenda anual de deslocamentos recobre grandes espaços físicos na região ou fora desta.

5. RECUPERANDO O CONTROLE DAS MIGRAÇÕES

A noção de controle das migrações é extremamente valiosa para lidar com as estratégias de deslocamentos elaboradas e acionadas por grupos de agricultores e trabalhadores rurais, cujas condições de existência social estão assentadas em múltiplas formas de inserção no espaço físico e social como o trabalho agrícola familiar e o assalariamento nos mercados de trabalho rurais e urbanos. Pensar que estes grupos exercem algum tipo de controle ou regulação sobre os deslocamentos sócio-espaciais que realizam e que estes movimentos não são completamente aleatórios - nem estão submetidos à mera objetividade das relações de dominação -, significa recuperar o papel histórico ativo e atual dos mesmos no traçado e na realização de percursos migratórios, considerando as formas de inserção no espaço social, os estágios dos ciclos de vida familiares e individuais, os laços de família e vizinhança, os vínculos mantidos com parentes e as formas de comunicação e renovação física e psicológica dos laços existentes.

Entretanto, por mais importante e estratégica que seja a capacidade de controle dos grupos dominados sobre os seus movimentos, não se deve perder de vista a imensa capacidade que as categorias dominantes tem para afetarem os usos sociais dos espaços, desenvolvendo políticas que combinam medidas de exclusão com medidas de integração social e simbólica das categorias dominadas e interferindo nas formas de territorialização e deslocamentos destas últimas. Afetando os usos do espaço, principalmente pela reorganização da estrutura de propriedade e pela expansão das pastagens, as frações dominantes contribuíram para diminuir ainda mais o já limitado controle que as categorias dominadas tinham sobre o espaço agrícola e produtivo. Uma vez reduzido o controle sobre o espaço vital de sobrevivência, os grupos renovaram e intensificaram os seus movimentos de saída da terra que podem envolver tanto aqueles que estavam sendo expulsos e não ti-

nham mais o que fazer na área, como aqueles outros que conservavam algum tipo de controle sobre pequenos lotes de roças.

Este movimento pelo qual o aumento do controle das frações dominantes ocasionou o enfraquecimento do controle e o aumento da mobilidade espacial das camadas dominadas, teria uma evolução mais acelerada e definitiva se não fossem as medidas compensatórias das agências governamentais e a política de resistência preconizada pela Comissão Pastoral da Terra, no sentido de procurar contrabalançar ou reverter os processos que estão na origem do aumento dessa mobilidade, através de ações que: (A) Potencializam os conflitos com as frações dominantes estaduais e locais; (B) Modificam os critérios de percepção dos deslocamentos e politizam o campo das migrações; (C) Contribuem para modificar em alguma medida as condições de sobrevivência dos agricultores e trabalhadores rurais.

A sedentarização do homem no campo é o denominador comum das agências de desenvolvimento e das agências católicas, mas o modo de interpretar e desenvolver condições para esta permanência distancia a atuação destas instituições. Assim, enquanto o Estado privilegia a modernização e integração aos mercados, a Comissão da Terra centraliza a sua atuação na organização política dos trabalhadores, para que estes resistam ao processo de monopolização crescente das terras da região por parte das frações dominantes.

Embora as conseqüências destas políticas sobre os processos migratórios, não tenham sido examinadas em todos os seus aspectos, cabe assinalar que uma e outra política trabalham dentro dos limites que estão dados pela evolução anterior da estrutura agrária e são alterados pelos seus embates recíprocos ou com as ações dos outros agentes, inclusive dos próprios agricultores. Neste sentido, as políticas perseguidas pelo Estado e pela Igreja, menos do que reverterem as tendências gerais que levam à pauperização e aos deslocamentos, imprimiram um novo ritmo às saídas dos agricultores, ao desacelerarem o ritmo das expropriações e criarem medidas compensatórias como a distribuição de créditos e de terras.

Enfim, o conjunto dessas observações torna pertinente a re-elaboração e ampliação da noção de controle, de modo a incluir as relações existentes entre as estratégias migratórias que cada grupo define para si e as políticas migratórias que incidem direta ou indiretamente nas estratégias e nas formas de regulação empregadas por outros grupos, como o grupo dominado dos pequenos agricultores. Com isto, o controle deixa de ser visto como um negócio meramente interno dos grupos dominados que migram, para ser considerado um objeto de disputa entre classes e instituições acerca da forma de desenvolvimento da sociedade, ou seja um elemento integrante de um vasto e complexo campo de conflitos. O controle dos deslocamentos, que na visão

exposta por Sayad, é definidor apenas da natureza e dos ritmos de transformação da sociedade agrária, é recuperado como um aspecto central definidor da estrutura global de uma sociedade que está enfrentada com as causas e efeitos de processos de territorialização e desterritorialização da força de trabalho.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, P., SAYAD, A.

1964 *Le déracinement: la crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie*. Paris: Ed. de Minuit. CAR/SEPLANTEC (BAHIA)

1985 *O processo de tecnificação da pequena produção na Bacia do Paraguaçu: análise da problemática tecnológica e processo de reprodução camponesa*. Salvador: mimeo. CHAMPAGNE, P.

1975 *La restructuration de l'espace villageois. Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 65, p. 51 -66. COMBESSIE, J.C.

1982 *Marche du travail et dynamique des valeurs. Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 41, p. 73-85. GARCIA Jr., A.

1989 *O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero. GRIGNON, C.

1975 *L'enseignement agricole et la domination symbolique de la paysannerie. Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n.1, p. 75-97. HENFREY, C.

1987 *The state and the peasant movement: the dynamics of the agrarian question in the Paraguaçu Valley, Bahia*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1987,11, São Paulo, (mimeo).

IVO, Anete B. L

1988 *A pequena burguesia como categoria social*. Salvador: CRH/UFBA. (mimeo).

MACHADO, É.P. (org.)

1987 *Poder e participação política no campo*. São Paulo: CERIFA, Salvador: CAR/CEDAP/CENTRU.

1990 *As imagens da emigração entre trabalhadores rurais*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1990, 7. *Anais do...* São Paulo: v.1, p. 387-399.

- 1991 As queixas da falta de chuvas, o desmatamento e as mudanças no sistema adaptativo da agricultura. In: ENCONTRO DA ANPOCS, 1991, 15, Caxambu. (mimeo). MAYER, P.
- 1960 Migrancy and the study of africans in towns. In: PRESS (ed.) *Urban place and process: readings in the anthropology of cities*. New York-London, Macmillan. NOVAES, R.
- s.d. *A questão agrária e o papel da Igreja na Paraíba*. Campina Grande: mimeo. SAYAD, A.
- 1977 Les trois âges de l'émigration algérienne en France. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 15, p. 59-75. SIGAUD, L.
- 1979 *Os clandestinos e os direitos: estudos sobre trabalhadores de cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades. SILVERMAN, S.
- 1967 The community-nation mediator in traditional central Italy. In: POTTER et al. *Peasant society: a reader*. Boston: Little Brown, p. 279-293. SOUZA, G.A.A. de
- 1985 *Proletário e migrante: livre para a subordinação*. Salvador: CRH/UFBA, mimeo. VINCENT, J.
- 1987 A sociedade agrária com fluxo organizado. In: FELDEMAN-BIANCO (org.) *A antropologia das sociedades complexas*. São Paulo: Global. WILKINSON, J.
- 1985 *O estado, a agroindústria e a pequena produção*. São Paulo/Salvador: Hucitec. ZALUAR, A.
- 1985 *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense.